

ANÁLISE DO DESEMPENHO EM REDAÇÕES DE VESTIBULANDOS COTISTAS E NÃO-COTISTAS

Paula Kracker Francescon ¹

(Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel)

Rosana Becker Fernandes ²

(Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre a relação entre o desempenho em redação no vestibular e o sistema de cotas implantado em 2009 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. O intuito da análise dessas redações foi observar as diferenças existentes na realização desta prova entre os alunos aprovados por meio do sistema de cotas sociais e fora do mesmo. O corpus desta pesquisa consistiu em 122 redações, sendo 40 dos aprovados em Odontologia, 40 dos aprovados em Engenharia Civil e 42 dos aprovados em Medicina. Estes três cursos são historicamente os mais concorridos no vestibular da Unioeste – campus Cascavel. A apresentação e decorrente análise dos dados relacionados aos dois grupos de estudantes produziram reflexões diferentes ao do pressuposto em que se fundamenta o sistema de cotas: a de que alunos oriundos das escolas públicas teriam maior dificuldade em conseguir um bom desempenho na prova de redação do vestibular.

Palavras-Chave: Vestibular; Redação; Sistema de cotas.

PERFORMANCE ANALYSIS IN ESSAYS OF STUDENTS BENEFITED AND NOT BENEFITED BY THE QUOTAS SYSTEM

Abstract: This work aims to reflect about the relation between the performance in the essay test in the university entrance examination and the quotas system implemented in 2009 at the Western Paraná State University – Unioeste. The purpose of the analysis of these essays was to observe the existent differences in performing this test between students approved by the social quotas system and without it. The corpus of this research is constituted by 122 essays, being 40 from the approved students in Dentistry, 40 from the approved students in Civil Engineering and 42 from the approved students in Medicine. These three courses are, historically, the ones that present highest competition in the university entrance examination in the campus of Cascavel of the university. The presentation and following analysis of the data related to both groups of students produced different thoughts about the presupposition in which the quotas system is justified: the one that students come from public schools would have more difficulties in getting a good performance in the essay test in the university entrance examination.

Keywords: University entrance examination; Essay test; Quotas system.

¹ Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel. E-mail: francescon.paula@gmail.com.

² Aluna do Curso de Doutorado em Letras da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Letras pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel. E-mail: rosana.fernandes@unioeste.br.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo originou-se do trabalho de pesquisa desenvolvido durante o ano de 2009 e apresentada em forma de monografia de conclusão de curso de graduação em Letras – Português / Inglês, modalidade Licenciatura, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - Campus de Cascavel. O principal fator que motivou a realização de um trabalho investigativo sobre a relação desempenho em redação no vestibular e sistema de cotas foi a implantação em 2009 na Unioeste do sistema de reserva de vagas em seu concurso vestibular.

Causador de muita polêmica, o sistema de cotas propõe a reserva de vagas para alunos egressos de escolas públicas, e/ou negros e índios nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior público no Brasil, com o objetivo de reparar as injustiças sofridas por esses grupos de pessoas ao decorrer do processo histórico brasileiro. Com base nisso, é possível considerar que a existência desse sistema pressupõe que os alunos que frequentaram escolas públicas tenham maior dificuldade na realização das provas para o ingresso nas universidades públicas e que, portanto, apresentariam, da mesma maneira, menor aproveitamento na prova de redação.

O problema do baixo desempenho demonstrado pelos concluintes do Ensino Médio na prova de redação do vestibular já vem sendo discutido há vários anos. Nos estudos do fim da década de 1970 e dos anos 1980-1990, os principais problemas relacionados à redação foram apontados e discutidos (LEMOS, 1977; ROCCO, 1981; ILARI, 1984; PÉCORA, 1987; COSTA-VAL, 1991).³

Como 2009 foi o primeiro ano em que a Unioeste realizou seu vestibular utilizando o sistema de cotas, essa pesquisa teve como objetivo central analisar redações de candidatos aprovados nos três cursos mais concorridos na Unioeste - Campus de Cascavel tanto dentro do sistema de cotas como fora dele. O corpus desta pesquisa consistiu em 122 redações, sendo 40 dos aprovados em Odontologia, 40 dos aprovados em Engenharia Civil e 42 dos aprovados em Medicina. O objetivo dessa análise foi observar se é realmente possível verificar se o pressuposto embutido na existência de um sistema de cotas – menor desempenho dos alunos oriundos da escola pública - é confirmado na prática, ao apresentar dados quantitativos coletados a partir das redações de vestibulandos cotistas e não-cotistas.

³Uma síntese desses estudos é apresentada em Francescon (2009). Reflexões mais detalhadas sobre as condições em que tradicionalmente é trabalhada a redação na escola e de que como tais encaminhamentos vão influenciar no “modelo de redação a ser produzido no vestibular” podem ser encontradas em Geraldí (1984; 1991) e em Quirino (2003).

Neste trabalho, são contextualizados o histórico do vestibular na Unioeste e o processo em que é realizada a elaboração e correção dessas provas. Também, a prova de redação 2009 é contextualizada, já que é a prova alvo da análise deste trabalho. Desse modo, dentro dessa contextualização da prova, também é comentada a implantação do sistema de cotas sociais e apresentar-se-ão discussões presentes nos meios de comunicação a respeito deste tema. Por fim, os dados coletados das redações realizadas pelos vestibulandos serão apresentados e analisados.

2 VESTIBULAR DA UNIOESTE

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná originou-se da união de quatro faculdades municipais de ensino não-gratuito que se localizavam nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo. Foi reconhecida como universidade multi-campi em 23 de dezembro de 1994. Em 1999, a faculdade municipal de Francisco Beltrão também passou a fazer parte da Unioeste, constituindo os cinco campi com os quais a universidade conta hoje. Além dos campi, atualmente a Unioeste também conta com duas extensões nas cidades de Medianeira e Santa Helena.

Em relação ao vestibular, em 1996 a Unioeste passou a elaborar suas provas. Antes disso, a prova de vestibular era a mesma prova da UEM – Universidade Estadual de Maringá. Desde então, a prova passa por modificações em sua forma e estrutura continuamente. O modelo de vestibular organizado hoje em dia pela Unioeste é composto por duas etapas. Na primeira etapa, constam 71 questões de múltipla escolha sobre conhecimentos gerais, incluindo as matérias de Biologia, Física, Geografia, História, Língua Estrangeira (opções dentre Alemão, Espanhol, Inglês ou Italiano), Literatura Brasileira, Matemática, Português, Química, Filosofia e Sociologia, sendo que as primeiras 9 matérias contam com 7 questões cada uma e as últimas duas com 4 questões cada uma. A segunda etapa também é composta por questões de múltipla escolha, mas, dessa vez, a prova é semivocacionada, ou seja, os conteúdos da prova são selecionados de acordo com o curso para o qual o vestibulando está se candidatando. É na segunda etapa que a prova de redação é aplicada.⁴

Para a composição destas provas, a Unioeste mantém uma comissão de vestibular permanente. Participam desta comissão professores ligados a cada uma das áreas de

⁴ Informações retiradas do portal do vestibular na página da Unioeste na Internet (www.unioeste.br/vestibular).

conhecimento que são responsáveis pela elaboração das provas de cada matéria que constam no vestibular.

Além da comissão dos elaboradores das provas, a Unioeste também mantém a comissão de corretores das redações do vestibular. Essa comissão passou a existir a partir da metade da década de noventa. Anteriormente, as correções das redações do vestibular eram realizadas por professores escolhidos por um encarregado que mudava a cada ano. Para Cattelan (2009), a mudança a cada ano dos corretores dificultava uma formação mais compartilhada de uma mesma visão teórica sobre o tema redação, o que causava divergências nas correções. A criação da banca permanente de correção da prova de redação da Unioeste teve como principal objetivo constituir-se de:

[...] um grupo regular de pessoas, que se mantivesse por mais tempo à frente da atividade, para, com isso, evitar os problemas relacionados, mas, principalmente, criar um espaço continuado de discussão, evitando relativamente a ineliminável subjetividade que caracteriza todo processo corretivo. (CATTELAN, 2009, p. 12).

Para cumprir com seus objetivos, a banca corretora das redações do vestibular da Unioeste realiza, periodicamente, reuniões com seus membros para que as discussões relacionadas ao estudo da textualidade⁵ possam ser realizadas e, assim, tentar-se garantir que todos os corretores sigam critérios de correção semelhantes.

Além dessas reuniões, os membros da banca também oferecem cursos anuais para professores das escolas públicas da região de atividade da Unioeste. A nosso ver, isso é muito benéfico para que os professores da rede pública estejam familiarizados com os estudos linguísticos sobre textualidade e cientes quanto os critérios avaliativos utilizados pela universidade. Para a Unioeste, esse trabalho permanente de formação junto aos professores de Língua Portuguesa que atuam em turmas de Ensino Médio tem contribuído com novos encaminhamentos para o ensino da escrita e para uma melhoria na produção textual dos alunos na escola pública.

A sistemática de avaliação utilizada pela banca na correção das redações consiste em dois corretores avaliarem a redação, um não sabendo da nota da outro, ficando um terceiro corretor responsável por confrontar as duas notas. Quando ocorre uma diferença de dez

⁵ Considera-se textualidade o conjunto de características que fazem com que uma sequência linguística possa ser considerada texto, e não apenas um amontoado de frases. Dentre essas características destacam-se a necessidade do texto cumprir uma determinada função sócio-discursiva, ser reconhecido como pertencente a um determinado gênero textual, apresentar-se como uma unidade semântica – ter coerência - e unidade formal – ter coesão. (COSTA VAL, 1991).

pontos ou mais entre as notas atribuídas pelos dois primeiros corretores, realiza-se uma terceira correção. Essa metodologia é aplicada para tentar eliminar o máximo possível da subjetividade dos corretores no processo avaliativo.

Para que o vestibulando tenha ciência dos critérios avaliativos, a Unioeste disponibiliza, em sua página na internet referente ao vestibular, o manual do candidato. Nele, além de diversas instruções para a realização da prova, o candidato encontra os critérios avaliativos e a expectativa da universidade em relação às redações de seus futuros acadêmicos. Assim, esse manual expõe que:

A prova de redação não avalia apenas a capacidade de escrever sobre certo tema ou se o texto atende à correção ortográfica e gramatical. Mais do que isso, essa prova procura avaliar sua capacidade de organizar idéias e informações, de estabelecer relações, de interpretar dados e fatos e de elaborar argumentos. (UNIOESTE, 2008, p. 8).

Também são apresentadas aos candidatos, na própria prova de redação do vestibular, orientações a serem seguidas quando da elaboração do texto. As orientações são bem claras ao determinar que os vestibulandos devem escrever uma redação de acordo com a proposta escolhida, seguindo o tipo de texto e objetivo estabelecido e utilizando a linguagem mais apropriada para a situação comunicativa.

O manual do candidato também apresenta os critérios de correção utilizados pela banca corretora das redações. Os itens considerados no momento da correção são quatro. O primeiro está relacionado à coerência textual, e observa se a redação atende à tipologia pedida, se não foge do tema proposto, se consegue atender o objetivo proposto e se está adequado ao destinatário do texto. Assim, neste critério, “serão avaliados o grau de manutenção da discussão e a continuidade temática do texto, evitando contradições e contribuindo para a progressão textual”. (UNIOESTE, 2008, p. 8).

O segundo critério de correção avalia a utilização de recursos coesivos. Espera-se que o candidato saiba utilizar de forma adequada os recursos linguísticos, como pronomes e conjunções, para articular e retomar termos e dar sequência ao texto.

O terceiro critério verifica se o aluno é capaz de superar o senso comum. Nesse ponto, espera-se que o candidato seja capaz de demonstrar o próprio ponto de vista em relação ao tema que escolheu, evitando frases feitas, chavões, ideias comuns, genéricas ou indefinidas.

Já o quarto e último critério diz respeito à utilização da norma padrão da Língua Portuguesa. Dessa forma, espera-se que o vestibulando saiba utilizar o tipo de linguagem adequado, mais formal ou menos formal, de acordo com a situação de comunicação e com o

objetivo o qual o texto deve atender. Portanto, são avaliados se os candidatos têm domínio das regras gramaticais, do sistema ortográfico e dos recursos de pontuação da Língua Portuguesa.

3 O VESTIBULAR DA UNIOESTE DO ANO DE 2009

O ano de 2009 foi o primeiro ano no qual a Unioeste adotou o sistema de cotas sociais em seu processo seletivo. Um dos sistemas de cotas de vagas em vestibulares de universidades públicas foi o sistema de cotas para negros. Tal sistema foi proposto na Câmara dos Deputados em 2000, e encontra-se atualmente arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei 3004/2000 foi apresentado pelo deputado Paulo Lima (PMDB-SP) com o intuito de retratar os negros de distorções históricas que fazem com que eles não tenham as mesmas oportunidades que os brancos. Em sua justificativa, o deputado afirma que:

Os negros, sobretudo, não têm gozado das mesmas oportunidades que são oferecidas aos brancos. Não que nossas leis os tratem diferentemente. Tampouco a cordial índole brasileira. O que tem criado o diferencial de oportunidades entre brancos e negros são as próprias raízes históricas e culturais, agravadas por condições socioeconômicas que em geral tendem a privilegiar os brancos e a criar dificuldades e desvantagens para os negros. (LIMA, 2000).

Após a proposição deste sistema de cotas, em 2004, o Poder Executivo Federal propôs a criação de cotas sociais por meio do Projeto de Lei 3627/2004. Tais cotas reservam vagas para alunos egressos de escolas públicas. Para ter direito a vagas reservadas por esse sistema, o vestibulando tem que ter estudado todo seu Ensino Fundamental e Médio em escola pública. O projeto de lei prevê a reserva de 50% das vagas para esses alunos, das quais deverá ser reservada uma porcentagem para negros e índios, dependendo da porcentagem que os mesmos representem na população da unidade federativa na qual a universidade está localizada. Esse projeto de lei foi arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados por apresentar conteúdo semelhante ao projeto de lei nº 73/99, aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado para apreciação do Senado. Assim, o projeto de lei 3627/2004 foi apensado ao 73/99. O projeto de lei 3627/2004 apresenta uma carta enviada para o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pelo então Ministro da Educação Tarso Genro. Nesta carta, o ministro apresenta argumentos para comprovar a necessidade da lei. Ele diz:

Somente no final do século passado, o Estado brasileiro passou a se preocupar com os efeitos do chamado racismo estruturante no perfil social e

buscar mecanismos que dessem efetividade aos compromissos assumidos perante a comunidade internacional há quase quarenta anos. Esse atraso de décadas por si é suficiente para justificar a iniciativa de políticas de ações afirmativas no âmbito da educação, como as consignadas no presente Projeto de Lei. (BRASIL, 2004).

Dessa maneira, o projeto de lei 73/99 da Câmara dos Deputados está em tramitação no Senado Federal, sob o nº 180/2008, apensado com o projeto de lei 3627/2004 e alguns outros que apresentam conteúdo semelhante. Esse projeto foi submetido para exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte. Ele encontra-se, atualmente, com a relatoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, sob responsabilidade da Senadora Serys Slhessarenko, para emissão de relatório. O Projeto de Lei 180/08 dispõe sobre a reserva de 50% das vagas nas universidades públicas federais e estaduais, como também de instituições federais de ensino técnico de nível médio para pessoas provindas de escolas públicas e, destes, metade estaria reservado para candidatos com renda familiar de até 1,5 salários mínimos (R\$ 697,50) *per capita*. Além disso, parte das vagas seria reservada a alunos negros e indígenas autodeclarados, de acordo com a representação desses grupos na população de cada estado, segundo o IBGE de 2000.

A Unioeste, em seu website, na página da apresentação do vestibular, concorda com os argumentos expressos no projeto de lei, utilizando-os para justificar sua decisão de implementar as cotas sociais em seu vestibular. Em sua página, o seguinte é exposto em relação ao sistema de cotas para estudantes egressos de escola pública:

A universidade entende que esta é uma decisão política que aponta para o compromisso que a Unioeste tem para com o segmento social que depende de instituições públicas que venham a implementar alguma forma de medida compensatória que ataque, infelizmente nas conseqüências, resultados de processos históricos exploratórios que permitiram que privilégios fossem postos à disposição de alguns em detrimento de uma grande maioria. (UNIOESTE, 2009).

Há opiniões divergentes acerca da implantação das cotas, tanto raciais quanto sociais, para o ingresso no ensino superior no Brasil e o significado social decorrente da mesma. Um dos princípios dos que advogam contrariamente ao sistema de cotas baseia-se no pressuposto de que tal sistema parte do favorecimento de uma raça em detrimento a outra. Além deste caráter discriminatório que feriria o disposto na Constituição Federal, hipóteses são levantadas de que o racismo no Brasil poderia aumentar a ponto de começar a ocorrer conflitos étnicos. Para Loyola et al.:

[...] o Brasil conhece algumas formas de racismo. Negros costumam ser vítimas de discriminação, preconceito velado, têm menos acesso a universidades e ao mercado de trabalho. São distorções graves, que merecem atenção. Mas a implantação das cotas é uma intervenção desajeitada num assunto delicado. O Brasil não conhece as formas mais radicais e violentas de racismo. Somos essencialmente um país de mestiços, fruto da combinação entre europeus, índios e negros (2009, p. 84).

Também têm sido levantados argumentos de cunho pedagógico. Diante da vigência de tal sistema, há uma preocupação corrente das instituições em relação ao nível dos alunos, baseada no comum senso de que o sistema educacional público no país é defasado em relação ao sistema privado. Portanto, o sistema de cotas seria uma tentativa de amenizar essa diferença entre os ensinos público e privado no Brasil.

Para os que se opõem ao sistema de cotas sociais, um dos problemas apontados é que as cotas não resolvem exatamente a qualidade da educação básica no Brasil. Segundo o Censo Escolar 2007, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Brasil gastou, em 2006, R\$11.820,00 por aluno no Ensino Superior, enquanto investiu somente R\$1.773,00 por aluno na Educação Básica. Esse pouco investimento na educação básica acaba por ser evidenciado no momento do vestibular, no qual os alunos vindos da escola pública não conseguiriam obter resultados semelhantes aos alunos egressos da escola privada.

Desse modo, hipóteses afirmam que os alunos ingressos na universidade por meio do sistema de cotas estariam em um nível inferior em relação aos que ingressam sem a necessidade das cotas. Como declarou Ilona Beckskeházy, diretora-executiva da Fundação Lemann, à Revista Época: “A cota é boa para representar a diversidade da sociedade brasileira. Mas tem que ser os melhores. O que está me deixando triste é que vão baixar o nível dos alunos”. (LOYOLA et al., 2009, p. 89).

A partir do que foi apresentado acima e, principalmente, o último quesito que aponta para a hipótese de que o sistema de cotas implica na diminuição do nível de conhecimento dos acadêmicos, esse trabalho apresentará a análise de redações de vestibulandos que foram aprovados no vestibular da Unioeste de 2009, tanto pelo sistema de cotas como fora dele. Assim, apresentar-se-ão dados referentes à pontuação obtida por ambos os grupos de vestibulandos na prova de vestibular, a fim de verificar se a diferença de desempenho entre alunos de escolas públicas e privadas pressuposta pelo sistema de cotas é realmente verificado na prática.

4 EXPOSIÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS VESTIBULANDOS

Essa pesquisa partiu do pressuposto que a existência da política de cotas sociais e sua utilização no processo seletivo da Unioeste em 2009 se baseiam na justificativa de que a sociedade tem um tipo de dívida social em relação às pessoas que pertencem às classes menos privilegiadas. Isso ocorre pois essas pessoas possuem menor acesso aos bens culturais e, assim, seria mais difícil para elas ingressarem na universidade pública.

Ao tomar essa hipótese como ponto de partida, esse trabalho teve como objetivo de análise inicial unicamente as diferenças que as redações de cotistas e não-cotistas apresentariam em seus níveis textuais. Porém, ao entrar em contato com o corpus, percebeu-se que a ideia vinculada a essa hipótese não era representada pelas produções textuais. Desse modo, tornou-se relevante a exposição de dados quantitativos em relação às redações, para que a exposição dos dados observados fosse realizada de forma mais completa possível. São esses dados e a reflexão de como eles retratam o sistema de cotas no processo de ingresso 2009 na Unioeste que serão expostos a partir de agora neste artigo.

O corpus deste trabalho é composto pelas redações dos candidatos aprovados nos cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia Civil na Unioeste no ano de 2009. A escolha pelas redações desses cursos se realizou devido ao fato de que esses são alguns dos cursos com maior concorrência oferecidos no campus de Cascavel da Unioeste.

A exposição dos dados obtidos a partir da análise das redações dos aprovados no vestibular 2009 da Unioeste será realizada com a exposição de dados quantitativos, relacionando as redações de acordo com as notas atribuídas a elas pela banca avaliadora.

Dessa forma, o levantamento dos dados em relação às notas dos candidatos será apresentado por meio de tabelas quantitativa/numérica e de gráficos, com o intuito de proporcionar uma compreensão em termos proporcionais, já que o número de aprovados é diferente entre cotistas e não-cotistas.

A divisão das redações foi realizada a partir das notas atribuídas pela banca. Considerando que a nota da prova de redação pode ir de 0 (zero) a 60 (sessenta), a escala foi feita a cada 10 pontos; portanto, o agrupamento por nota divide-se em seis: de 0 a 10, de 11 a 20, de 21 a 30, de 31 a 40, de 41 a 50 e de 51 a 60.

a) Engenharia Civil

As redações de aprovados do curso de Engenharia Civil somam 40, sendo que destas, 24 são de vestibulandos não-cotistas e 16 são de cotistas. Os dados obtidos pela observação das redações do curso de Engenharia Civil são os seguintes:

TABELA 1 - Engenharia Civil: não-cotistas

Notas	Quantidade de redações
0 a 10	0
11 a 20	3
21 a 30	8
31 a 40	12
41 a 50	1
51 a 60	0
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

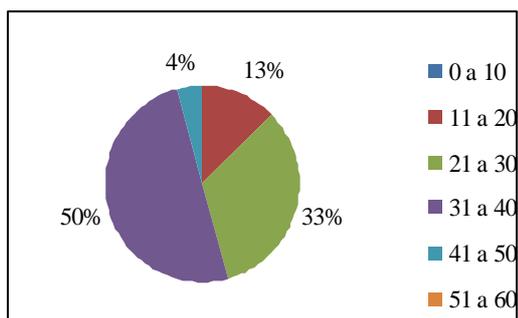


GRÁFICO 1 - Engenharia Civil: não-cotistas.

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 2 - Engenharia Civil: cotistas

Notas	Quantidade de redações
0 a 10	0
11 a 20	1
21 a 30	8
31 a 40	5
41 a 50	2
51 a 60	0
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa.

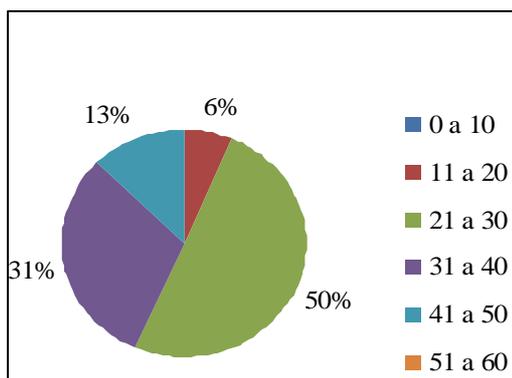


GRÁFICO 2 - Engenharia Civil: cotistas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio desses resultados, observa-se que não há grande diferença em relação ao nível de textualidade entre cotistas e não-cotistas. A maioria das redações apresenta notas medianas (de 21 a 40). Nessa faixa, os não-cotistas demonstram uma leve superioridade, pois esse grupo obtém mais redações com nota entre 31 e 40, enquanto os cotistas têm maior porcentagem na faixa de 21 a 30. Porém, ao observar a faixa de nota mais baixa (de 11 a 20), percebe-se que os não-cotistas apresentam número maior de redações, enquanto os cotistas demonstram número maior de redações com a faixa de nota mais alta (41 a 50).

b) Odontologia

As redações de vestibulandos aprovados do curso de Odontologia somam 40, sendo que destas, 24 são de não-cotistas e 16 são de cotistas. Os dados levantados na análise das redações do curso de Odontologia são os seguintes:

TABELA 3 - Odontologia: não-cotistas

Notas	Quantidade de redações
0 a 10	0
11 a 20	0
21 a 30	7
31 a 40	17
41 a 50	0
51 a 60	0
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa.

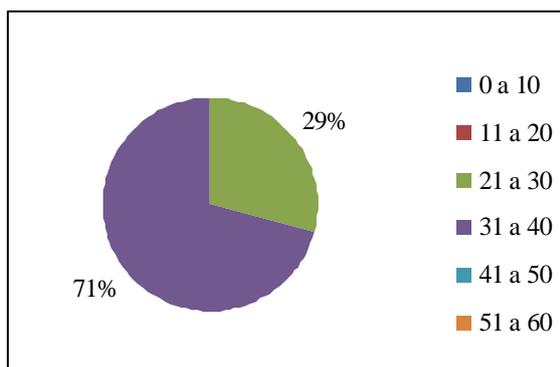


GRÁFICO 3 - Odontologia: não-cotistas.
Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 4 - Odontologia: cotistas

Notas	Quantidade de redações
0 a 10	0
11 a 20	0
21 a 30	7
31 a 40	8
41 a 50	1
51 a 60	0
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa.

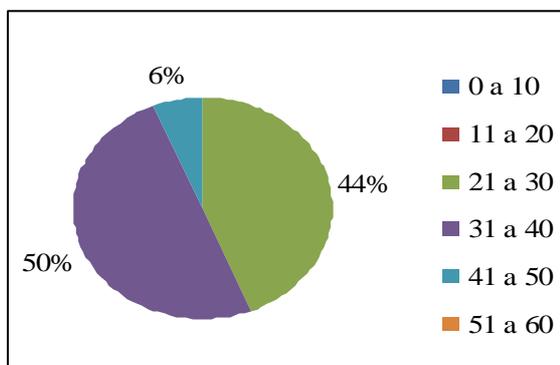


GRÁFICO 4 – Odontologia: cotistas.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados pelas redações nesse curso se assemelham com os anteriormente observados no curso de Engenharia Civil. Isso porque a maioria das redações, tanto de cotistas como de não-cotistas, se encontram nas faixas medianas de 21 a 30 e 31 a 40 pontos. Mas, somente no grupo dos cotistas observa-se a presença de uma nota mais elevada (entre 41 e 50 pontos).

c) *Medicina*

Em relação às redações de Medicina, o levantamento de dados foi realizado de maneira diferente das demais. A primeira diferença é o número total de redações. O curso de Medicina, apesar de oferecer 40 vagas, teve 42 candidatos aprovados, pois houve liminares para a aprovação de dois candidatos a mais. Assim, têm-se redações de 25 não-cotistas e 17 cotistas. Outra diferença é que as faixas de nota foram divididas de 5 em 5 pontos. Dessa maneira, os dados decorrentes da análise das notas dos aprovados em Medicina são os seguintes:

TABELA 5 – Medicina: não-cotistas

Notas	Quantidade de redações
0 a 25	0
26 a 30	0
31 a 35	3
36 a 40	7
41 a 45	6
46 a 50	6
51 a 55	3
56 a 60	0
Total	25

Fonte: Dados da pesquisa.

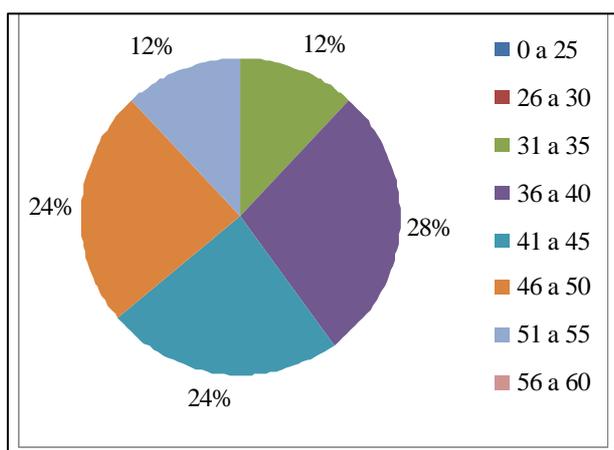


GRÁFICO 5 - Medicina: não-cotistas.

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 6 - Medicina: cotistas

Notas	Quantidade de redações
0 a 25	0
26 a 30	1
31 a 35	2
36 a 40	3
41 a 45	4
46 a 50	5
51 a 55	2
56 a 60	0
Total	17

Fonte: Dados da pesquisa.

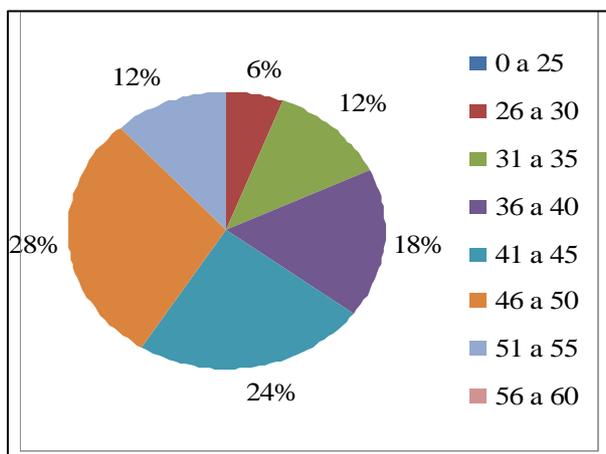


GRÁFICO 6 - Medicina: cotistas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados pelas redações dos aprovados no curso de Medicina também não demonstram diferenças significativas entre as notas e quantidade de redações nos dois grupos. A única disparidade apresentada foi uma redação com nota mais baixa entre o grupo dos cotistas.

Com o confronto dos resultados obtidos a partir das notas das redações dos três cursos, parece ser evidente que, no geral, não há uma diferença considerada problemática entre as redações escritas por alunos cotistas e não-cotistas. Esse resultado se contrapõe ao pressuposto da existência das cotas sociais, que parte da ideia que os estudantes egressos de escola pública teriam maior dificuldade em ingressar na universidade pública devido ao pressuposto da baixa qualidade de ensino a que tiveram acesso.

Apesar desses resultados se apresentarem contrários aos pressupostos da política de cotas sociais, é importante considerar que, primeiramente, as redações utilizadas para formar o corpus desse trabalho são de apenas três cursos ofertados pela universidade e, também, que pertencem a cursos com altos níveis de concorrência. Assim, é possível levantar a hipótese de que esses alunos possam ter se preparado mais sabendo que a concorrência de seus cursos seria grande.

Além disso, pode-se questionar também de que escolas públicas esses alunos cotistas aprovados são egressos. Dessa forma, seria possível observar quais escolas públicas poderiam apresentar trabalhos mais eficientes em relação à escrita escolar, cujos resultados ficam evidenciados no momento da prova de redação do vestibular. Ainda, também é plausível examinar se esses alunos cotistas participaram de cursos pré-vestibulares, para analisar se esse tipo de curso contribuiu para o bom desempenho dos vestibulandos na prova de redação. Assim, a investigação das condições de produção e de estudo desses alunos cotistas que apresentaram resultados bons na prova de redação se mostra como a possibilidade de continuidade desta pesquisa, a fim de avaliar mais profundamente como esses alunos trabalharam anteriormente ao momento do vestibular para alcançar resultados satisfatórios como os observados.

Por fim, também interessante examinar se esses alunos teriam conhecimento a respeito dos critérios de correção da prova de redação da Unioeste, o que também pode ajudar o vestibulando em sua atuação nesta prova do vestibular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste trabalho foi iniciada a partir da pressuposição de que a implantação de um sistema de reserva de vagas nas universidades públicas para alunos vindos de escolas públicas implica que esses alunos teriam maior dificuldade em ingressar nas instituições públicas. Com base nessa pressuposição, é possível intuir que esses alunos, detentores do direito de usufruir das vagas reservadas, também apresentariam maiores problemas no momento da produção da redação na prova do vestibular.

A partir disso, esse trabalho apresentou a análise de dados coletados de redações de vestibulandos cotistas e não-cotistas de três dos cursos mais concorridos da Unioeste. Com base nos dados apresentados nesta pesquisa, é possível perceber que não há grande disparidade entre os níveis das redações dos dois grupos de alunos. Percebe-se, assim, que o

resultado obtido neste artigo se apresenta como uma realidade contrária ao pressuposto em que se fundamenta a proposta de ingresso à Unioeste pelo sistema de cotas.

Mesmo considerando o resultado deste artigo, há algumas ponderações que podem ser feitas acerca do mesmo. Primeiramente, é necessário ponderar que o corpus desta pesquisa foi composto por redações de apenas 3 (três) cursos da Unioeste, o que representa um número pequeno em relação ao total de redações produzidas em seu processo seletivo de 2009. Apesar disso, os resultados podem contribuir para melhor compreender a complexidade da situação geral da funcionalidade do sistema de cotas utilizado nos vestibulares de muitas instituições públicas brasileiras.

Outro ponto importante a ser observado é referente aos cursos escolhidos para a análise. Como esses cursos selecionados são alguns dos mais concorridos da Unioeste, há a possibilidade de que os candidatos (cotistas e não-cotistas) a esses cursos, sabendo previamente da concorrência alta, se empenhem em sua preparação, estudando mais e apresentado melhores resultados no momento da prova do vestibular.

Apesar dessas ponderações, os dados apresentados neste trabalho são importantes para a reflexão a respeito da necessidade de uma política de cotas de vagas nas universidades públicas do país. Além disso, essa pesquisa faz parte de um questionamento que pode ser continuado com a realização de novas pesquisas acerca do tema.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Poder Executivo. **Projeto de Lei 3624/2004**. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/223523.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2009.
- CATTELAN, João Carlos. A banca de correção de redações do vestibular da Unioeste: algumas notas, comentários, indicações e reflexões. In: CATTELAN, João Carlos; LOTTERMANN, Clarice. **A redação no vestibular da Unioeste**: alguns apontamentos à luz da Linguística Textual. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FRANCESCON, Paula Kracker. **Análise da textualidade em redações de vestibulandos cotistas e não-cotistas**. 2009. Monografia de Graduação. Curso de Letras Português Inglês, Unioeste - Campus de Cascavel.
- GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**: leitura e produção. Cascavel: Assoeste, 1984.
- . **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ILARI, Rodolfo. Uma nota sobre redação escolar. In: ---. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

LEMOS, Cláudia T. Guimarães de. “Redações no vestibular: algumas estratégias”. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.23, p.61-71, dez. 1977.

LIMA, Paulo. **Projeto de Lei 3004/2000**: dispõe sobre a reserva de vagas para vestibulandos negros nas universidades públicas. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=18950>. Acesso em: 25 jun. 2009.

LOYOLA, Leandro et al. Cotas para quê? **Revista Época** - n. 568, 2009, p. 82-89.

PÉCORRA, Alcir. **Problemas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

QUIRINO, Rosana Becker. A escrita na escola e a constituição da subjetividade. **Revista Línguas & Letras**. Cascavel: Edunioeste, V.1 e 2, n.6 e 7, 2003.

ROCCO, Maria Tereza Fraga. **Crise na linguagem**: a redação no vestibular. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

UNIOESTE - Pró-Reitoria de Graduação. Diretoria de Concurso Vestibular. **Manual do Candidato – Vestibular Unioeste/2009**. Disponível em <[http://cac-
php.unioeste.br/vestibular/media/2009/manual do candidato](http://cac-
php.unioeste.br/vestibular/media/2009/manual%20do%20candidato)>. Acesso em: 10 mar. 2009.

Recebido em 18/06/2010.

Aprovado para publicação em 27/10/2010.